

**P O R T A R I A   N° 906/2023**

Dispõe sobre a designação do Juiz de Direito Francisco Ireilton Bezerra Freire para exercer a função de Supervisor da Central de Cumprimentos de Mandados Judiciais da Comarca de Tauá.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, ao apreciar o Processo Administrativo nº 8500019-31.2023.8.06.0172;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o Juiz de Direito Francisco Ireilton Bezerra Freire, Titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Tauá, para exercer a função de Supervisor da Central de Cumprimentos de Mandados Judiciais da Comarca de Tauá, no período de 04/04/2023 a 31/01/2024.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 10 de abril de 2023.

**Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

**PORTARIA N° 932/2023-GABPRESI**

**Determina a abertura de processo de acompanhamento das dívidas precatórias dos entes sujeitos ao Regime Geral de Pagamentos.**

O Juiz Auxiliar da Presidência, **Alexandre Santos Bezerra Sá**, atuando por delegação de competência (Portaria n.º 220/2023), no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a necessidade de requisitar os precatórios recebidos entre 3 de abril do ano anterior e 2 de abril do ano da elaboração da proposta orçamentária, segundo o preceituado no caput do art. 15 da Resolução n.º 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça, o que deve ser feito por ofício ou meio eletrônico equivalente;

**CONSIDERANDO** a obrigação do Ente Devedor de incluir no seu orçamento a verba necessária ao pagamento de seus débitos de precatórios apresentados até 2 de abril do ano de elaboração da proposta orçamentária e de realizar o seu efetivo pagamento até o final do exercício seguinte, inclusive com a atualização monetária de sua dívida, nos termos do §5º do art. 100 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** o dever da Presidência do Tribunal de zelar pelo pagamento regular e tempestivo dos precatórios, com base no §7º do art. 100 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de dar ampla transparência à gestão da dívida dos entes sujeitos ao regime geral de pagamento de precatórios.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a abertura de processo de acompanhamento do cumprimento do dever constitucional pelos Entes Devedores de aportar, até o final de cada exercício, a quantia necessária à quitação de toda a sua dívida de precatórios apresentados até o dia 02 de abril do ano de elaboração da proposta orçamentária, inclusive com a devida atualização monetária.

Art. 2º. Determinar que seja oficiada a Caixa Econômica Federal para abrir conta judicial destinada a receber os aportes do Ente Devedor, em cada exercício.

Art. 3º. Determinar que as intimações sejam feitas por meio eletrônico, ficando os entes públicos obrigados a manter cadastro no sistema SAJ-SG, para fins de comunicação dos atos processuais pelo portal eletrônico do Tribunal de Justiça, nos termos dos §§1º e 2º, do art. 246, Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

Art. 4º. O processo de acompanhamento deve conter as seguintes peças:

- I – a presente portaria;
- II – o ofício requisitório com a respectiva conta judicial, constando todos os precatórios regularmente apresentados no período entre 3 de abril do ano anterior e 2 de abril do ano da elaboração da proposta orçamentária;
- IV – a comprovação de intimação ou do recebimento pelo Ente Devedor do ofício requisitório;
- V – a lista cronológica do ente devedor, após efetivada a requisição dos precatórios;
- VI – a certificação de aporte de recursos, sempre que o mesmo ocorrer;
- VII – a certificação de ausência de aporte ou de aporte em insuficiência à quitação dos precatórios inscritos, findo o exercício financeiro, sempre que o Ente Devedor não cumprir com o seu dever constitucional.

Parágrafo único. Todo e qualquer incidente envolvendo o pagamento da dívida do exercício financeiro deve ser discutido e/ou certificado nos próprios autos, salvo o pedido de providências de sequestro, que deve tramitar em processo apenso ao principal.

Art. 5º. Os processos de acompanhamento de dívida e os pedidos de providências de sequestro serão públicos, sem, portanto, qualquer restrição de sigilo.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especificamente a Portaria n.º 858/2020.



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 10 de abril de 2023.

**ALEXANDRE SANTOS BEZERRA SÁ**

Juiz Auxiliar da Presidência

Portaria de delegação n.º 220/2023

PORTARIA Nº 936 /2023

Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em comissão.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 459/2023, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico de 24/02/2023, que dispõe sobre a nomeação de ANDREA SOUSA MARTINS para o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAJ -2, com lotação na Coordenadoria de Estatística.

Art. 2º **Nomear** ANDREA SOUSA MARTINS para o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAJ -2, com lotação na Coordenadoria de Estatística.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, aos 10 de abril de 2023.

**Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

PORTARIA Nº 937 /2023

Dispõe sobre confirmação de titulares de cargos de provimento em comissão.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 18.309, de 16 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a transformação de cargos vagos efetivos de servidores e a criação de cargos de provimento em comissão na estrutura do Poder Judiciário do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 03/2023, de 23 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará, para criar a Diretoria Negocial do PJe e dá outras providências,

**RESOLVE ratificar** os servidores na titularidade dos cargos de provimento em comissão, que mantiveram a denominação e simbologia, nos termos do Anexo Único desta Portaria.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 10 de abril de 2023.

**Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

Anexo Único da Portaria nº 937 /2023, de de abril de 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ					
UNIDADE	CARGO EM COMISSÃO		SIMB	MAT	SERVIDOR(A)
NÚCLEO DE PRODUTIVIDADE REMOTA	ASSISTENTE JUDICIÁRIO	DE APOIO	DAJ-4	48752	ADA CARINA DINIZ TEODORO
NÚCLEO DE PRODUTIVIDADE REMOTA	ASSISTENTE JUDICIÁRIO	DE APOIO	DAJ-4	45443	ADELIA ARAUJO BURITI
NÚCLEO DE PRODUTIVIDADE REMOTA	ASSISTENTE JUDICIÁRIO	DE APOIO	DAJ-4	48751	ANA CAROLINE FARIAS GONDIM
NÚCLEO DE PRODUTIVIDADE REMOTA	ASSISTENTE JUDICIÁRIO	DE APOIO	DAJ-4	48242	ANA CLARA SABINO MAGALHAES
NÚCLEO DE PRODUTIVIDADE REMOTA	ASSISTENTE JUDICIÁRIO	DE APOIO	DAJ-4	45419	ANA MARIA DE PINHO